

22

OUTUBRO 2025

#INPUT

REVISTA

DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Operadores do Setor da Saúde como Agentes Complementares: Mais Oferta, Melhor Qualidade nos Serviços Prestados



Mais oferta, mais qualidade de serviço especializado e rapidez de acesso ao setor privado da Saúde da região



O Centro Qualifica da AEP foi um dos três escolhidos a nível nacional para integrar o Roteiro do PESSOAS 2030 e da ANQEP



Operadores privados de Saúde reforçam a capacidade de resposta do SNS e criam impacto económico local muito positivo



#INPUT

Revista da Associação Empresarial de Penafiel

Edição nº 22

Trimestral

Outubro de 2025

Edição e Propriedade

Associação Empresarial de Penafiel

Rua D. António Ferreira Gomes, 1324

4560-230 Penafiel

255 718 020

geral@aepenafiel.pt

www.aepenafiel.pt

Coordenação Editorial

Associação Empresarial de Penafiel

Design e Fotografia

Associação Empresarial de Penafiel

Impressão

Involgar Artes Gráficas

Tiragem

5000 Exemplares / Distribuição Gratuita



“

O setor privado é um pilar essencial do sistema de saúde.

Óscar Gaspar, Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP)

”

Índice

Input do Colunável 03
José Luís Gaspar, Presidente do Conselho de Administração da ULS do Tâmega e Sousa

Input Operadores do Setor da Saúde 04
Operadores Associados do Setor da Saúde Reforçam Compromisso com a População com Mais Investimento, Mais Serviços e Mais Qualidade

Input Eventos 06
XV Feira da Saúde

Input Centro Qualifica 07
Roteiro do PESSOAS 2030 e da ANQEP inicia no Centro Qualifica da AEP

Input Económico 08
Por um Território com Mais Saúde

Input Jurídico 12
Operadores do Sector da Saúde e a Proteção de Dados dos Utentes

Input Formação 13
Inscrições Abertas para Cursos EFA

Input Erasmus + 15
Facts VET Force Chega ao Fim com Balanço Positivo e Resultados Marcantes

INPUT

DO COLUNÁVEL

José Luís Gaspar, Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa



O Sistema Local de Saúde. A Saúde é um Direito Fundamental de Todos os Cidadãos.

A Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa (ULSTS) assume, diariamente, a missão de assegurar este direito, promovendo a saúde e prevenindo a doença ao longo de todo o ciclo de vida da população. Este compromisso ganha especial relevância numa região vasta, que abrange 11 concelhos, mais de 475 mil habitantes, dois hospitais de referência, o Hospital Padre Américo e o Hospital de São Gonçalo, e 73 unidades de cuidados de saúde primários.

A rede pública de cuidados de saúde constitui o eixo central do nosso sistema, distribuído de forma capilar pelo território. A articulação entre os cuidados hospitalares e os cuidados de saúde primários garante proximidade, acessibilidade e continuidade da resposta às necessidades da população.

Mas responder aos desafios atuais da saúde exige ir mais além. O trabalho em rede permite-nos potenciar a capacidade já instalada, bem como valorizar os investimentos futuros e aqueles que venham a ser concretizados. Este caminho só é possível com o envolvimento dos diferentes agentes do território.

Este caminho só é possível em cooperação. O trabalho desenvolvido com os municípios é determinante para garantir a proximidade necessária, não só na resposta assistencial, mas também na promoção da saúde, na literacia para a saúde e na prevenção da doença. Os municípios, em articulação com a ULSTS, assumem-se como parceiros fundamentais na construção de um sistema local de saúde mais robusto e preparado para responder aos desafios do futuro.

A experiência mostra que esta cooperação traz resultados concretos para os cidadãos, que encontram respostas mais próximas, céleres e eficazes. A fusão que deu origem à ULSTS (cuidados de saúde hospitalares e cuidados de saúde primários) é reflexo desse objetivo: um processo exigente, mas que traduz a procura constante por cuidados mais integrados, humanizados e próximos das pessoas.

Ao fim de ano e meio de existência, a ULSTS apresenta já sinais claros de consolidação, visíveis na maior proximidade entre equipas, na visão de conjunto que se tem vindo a reforçar e no foco renovado na humanização dos cuidados.

O futuro do nosso sistema local de saúde assenta na valorização dos profissionais, na capacidade de atrair novos talentos e na inovação constante. A rede local que todos estamos a construir – pública, social e cooperativa – não fragiliza o Serviço Nacional de Saúde (SNS), pelo contrário, fortalece-o.

Mais do que um modelo organizativo, o que está em causa é a criação de um verdadeiro sistema local de saúde, centrado no bem-estar da comunidade, capaz de integrar de forma ativa e colaborativa todos os parceiros: o setor social (sendo as Misericórdias e as IPSS um bom exemplo), o setor cooperativo e todos os agentes da promoção da saúde, em particular os municípios. Só com esta envolvimento será possível consolidar respostas sustentáveis, próximas e eficazes, garantindo uma rede de proteção mais forte, mais justa e mais próxima das pessoas.

O Sistema Local de Saúde do Tâmega e Sousa é, assim, um projeto coletivo, feito com e para as pessoas. É na cooperação entre instituições, municípios, setor social e comunidade que encontraremos as melhores soluções para continuar a cuidar da saúde dos cidadãos e para construir uma rede de proteção mais forte, mais justa e mais próxima.

É este o compromisso do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa. Foi com este propósito que trabalhamos nestes 6 meses e continuaremos a trabalhar.

INPUT

OPERADORES DO SETOR DA SAÚDE

Operadores Associados do Setor da Saúde Reforçam Compromisso com a População com Mais Investimento, Mais Serviços e Mais Qualidade

Celebramos em 2025 os 46 anos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), serviço que oferece uma base sólida de cuidados de saúde acessíveis a todos. Apesar de ser reconhecido como um serviço plural e de qualidade, atravessa um momento com maiores fragilidades, que têm vindo a ser colmatadas, em parte, pelo serviço de saúde privado.

A relação entre o setor público e privado não é nova, mas tem vindo a ficar cada vez mais estreita, estando o setor privado a acompanhar as necessidades da população, colocando ao dispor serviços especializados de qualidade, de acesso mais rápido e fácil. A região do Tâmega e Sousa não é exceção e os grupos privados de saúde têm procurado instalar-se de forma a darem resposta a algumas necessidades. Mais oferta, mais qualidade de serviço especializado e mais rapidez no acesso.

Uma das instituições privadas de saúde é a CUF, nosso associado, que após a compra da Clínica Médica Arrifana de Sousa, tornou-se o maior investidor privado no setor da saúde a operar em Penafiel.

Para Gonçalo Marcelino, Administrador do Hospital CUF Arrifana de Sousa e das clínicas CUF Penafiel, CUF Marco de Canaveses, CUF Paredes e CUF Lousada, a chegada da CUF à região do Tâmega e Sousa **“representa um passo fundamental no nosso compromisso de disponibilizar cuidados de saúde de excelência a mais portugueses. A presença da CUF significa, acima de tudo para a população da região, um reforço significativo na acessibilidade a cuidados de saúde diferenciados, assegurados por equipas experientes que garantem um acompanhamento completo em todas as fases da vida. Acreditamos que uma rede de cuidados de saúde privada, com os padrões de qualidade e acessibilidade que caracterizam a CUF, desempenha um papel crucial na complementaridade ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). A CUF assume-se como parceiro do SNS, colaborando ativamente para prestar uma resposta eficaz e atempada às necessidades da população”**.

Mas para esta instituição privada, a sua atuação vai além da prestação de cuidados de saúde. Para a CUF, a responsabilidade social na comunidade assume um papel priori-



tário procurando **“contribuir ativamente para as comunidades nas quais nos inserimos, estreitando relações com as entidades locais e regionais e posicionando-nos como verdadeiros parceiros para o seu desenvolvimento”**.

O mesmo defende o nosso associado Clínica Cuidar't, sediada em Paredes, mas com forte implementação na comunidade de Penafiel, na prestação de serviços de saúde na área da fisioterapia, enfermagem materna e obstétrica, nutrição, estética avançada entre outras especialidades. Para Vera Moreira, é claro que o SNS é o serviço necessário a todos, mas é o setor privado que complementa e assegura de forma célere e assertiva os cuidados em tratamentos que na saúde pública chegam mais tarde.

“Focando-nos naquilo que é a nossa realidade aqui na Cuidar't, sentimos que há serviços no SNS em que é extremamente difícil conseguir uma consulta. Os serviços de fisioterapia, fisioterapia pélvica, psicologia e nutrição existem no SNS, mas são de muito difícil acesso”, explicando que se posicionam como a solução para estes problemas.

Gonçalo Marcelino, acredita que **“os setores público, privado e social se complementam e conseguem ganhos em saúde quando articulados entre si. Um exemplo desta complementaridade é a convenção do Hospital CUF Arrifana de Sousa com o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), criado pelo SNS para combater as listas de espera cirúrgicas. Este acordo permite aos utentes do SNS da região, com vale-cirurgia, serem operados de forma célere e num hospital de proximidade, contribuindo para a diminuição das listas de espera para cirurgia nos hospitais públicos. Ao abrigo deste programa o Hospital CUF Arrifana de Sousa tem vindo a dar resposta ao nível de seis especialidades: Cirurgia Geral, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Vascular, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Urologia. Adicionalmente, as clínicas CUF dispõem, igualmente, de acordo com o SNS (P1) para a realização de análises clínicas - em parceria com a Unilabs -, exames de radiologia, cardiologia e para tratamentos de fisioterapia”**.

Sem acordos diretos com o SNS, a Cuidar't afirma-se como solução para um cuidado individualizado, focado no utente e na atuação precoce sobre a doença.

“O tempo de espera por uma consulta, mesmo com um encaaminhamento, é imenso. Esta demora é, por vezes, bastante prejudicial, uma vez que a intervenção necessária para determinadas condições patológicas perde o seu timing ideal. Além desta dificuldade de acesso, o serviço prestado no SNS nem sempre consegue ser com a mesma qualidade do setor privado. O escasso investimento na formação contínua dos profissionais, a falta de aquisição de aparatologia mais inovadora e a limitação de tempo para o atendimento por utente (que muitas vezes impede um profissional de estar 1 hora inteira com um único paciente, de forma focada e disponível) comprometem a dedicação necessária para um tratamento verdadeiramente humanizado e eficaz. Uma intervenção precoce e com as melhores condições profissionais não só reduz significativamente o tempo de tratamento para o utente, como também previne que condições simples se tornem casos crónicos”, assume Vera Moreira, gerente do espaço.

O futuro no setor da saúde privada prevê-se em crescendo, estando previstas novas unidades privadas para abrir no concelho de Penafiel e região do Tâmega e Sousa, continuando o objetivo de complementar o Serviço Nacional de Saúde, que cada vez mais precisa desta parceria para estar mais próximo do utente.

No caso da CUF em Penafiel e na região a aposta continuará **“na diferenciação dos cuidados de saúde e na ampliação da sua capacidade de resposta, sempre com o objetivo de prestar cada vez melhores cuidados de saúde à população. Exemplo disto é a abertura, em breve, do Atendimento Não Programado no Hospital CUF Arrifana de Sousa, um serviço que garante uma resposta atempada para um conjunto de situações de saúde inesperadas. Adicionalmente, continuaremos a investir na formação e talento humano, reforçando o projeto clínico, apoiado por equipamentos de diagnóstico e tratamento com a mais recente e avançada tecnologia, permitindo, cada vez mais, abordagens inovadoras. Pretendemos, ainda, continuar a ser um parceiro ativo e participativo nas comunidades onde nos inserimos, estreitando laços com as entidades locais e regionais”**, assume Gonçalo Marcelino.

Já para a Cuidar't, o caminho é de complementaridade, mas também de inovação e compromisso de implementação de novas especialidades que correspondam às necessidades do utente. **“O nosso propósito é ser um verdadeiro refúgio de saúde e bem-estar, onde cada pessoa encontra os serviços necessários para se sentir apoiada e capacitada a viver a sua vida de forma física e emocionalmente saudável”**.



A saúde será sempre uma das prioridades do setor público e privado, sendo certo que importa ter a capacidade de integrar de forma ativa e colaborativa todos os parceiros desde o setor público, social e cooperativo, estando na base desta união os Municípios que conhecem a realidade das suas comunidades e as suas necessidades.

INPUT

EVENTOS

XV Feira da Saúde



Nos dias 19 e 20 de setembro decorreu mais uma edição da Feira da Saúde. A XV edição aconteceu sob o tema “Saúde Estética: o Impacto na Vida Social e Profissional” e contou com 21 entidades do setor da saúde do concelho de Penafiel.

Marcaram presença a Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa, a Liga dos Amigos do Hospital Padre Américo, a Clínica Dr. Filipe Nunes Ribeiro, a Clínica CUF Penafiel, a Vinci Clinic, a BS Place - Private Fitness & Wellness, a Ótica de Penafiel – Grupo Boa Imagem, a Associação de Diabéticos do Vale do Sousa, a Opticalia Penafiel, a Somos Óptica, o Laboratório de Análises Clínicas do Vale do Sousa, a Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, as Clínicas Nuno Mendes, os Bombeiros Voluntários de Penafiel, a DepilConcept Penafiel, a OralMed Penafiel, a Ortopedia Sousa & Merêncio, a Associação de Dadores de Sangue Terras Vale do Sousa, a Medimarco, a Entreterapias e a Penasegur - Mediação de Seguros.

Estas entidades dinamizaram os seus espaços com rastreios gratuitos e ofertas que promoveram os seus espaços e que beneficiaram os visitantes da feira da saúde.

Da saúde estética, à saúde visual, muitos foram os prestadores de serviço de saúde que se divulgaram no centro da cidade de Penafiel que já espera ano após ano este momento.

Logo no primeiro dia decorreu, ainda, a conferência sob o tema central da feira, contando com prestigiosos profissionais que se disponibilizaram a informar uma plateia atenta. A conversa foi moderada pela jornalista Mónica Ferreira, do Jornal Imediato, e que juntou Joana Alves Ferreira, Medicina Estética, Geral e Familiar das Clínicas Nuno Mendes, Marta Babo Leal, Nutricionista do Atelier de Nu-

trição, Miguel Soares, Personal Trainer do BS Place – Private Fitness & Wellness, Ana Catarina Pereira, Psicóloga Clínica da ULS Tâmega e Sousa, bem como, com a Vânia Teixeira, Nutricionista, Especialista em emagrecimento.

Ao longo de hora e meia foram debatidos temas sobre a saúde estética que tem como base um estilo de vida saudável e tratamentos cada vez mais inovadores e que criam muita curiosidade já em tenra idade, nos jovens, mas também nos adultos que já encaram esta temática como forma de prevenção do envelhecimento.



Foram tiradas muitas dúvidas e muitas soluções foram apresentadas para uma vida mais saudável e com impactos positivos para a autoestima e produtividade na vida profissional. Nos dois dias, foram muitos os cidadãos que visitaram a XV Feira da Saúde que, mais uma vez, promoveu o melhor que existe no setor da saúde e que muito ajuda na vida quotidiana de todos, porque a saúde é o maior bem para uma comunidade próspera.

A Associação Empresarial de Penafiel (AEP) congratula-se por todos os anos poder dar a oportunidade aos empresários de se darem a conhecer a centenas de pessoas que visitam o certame.

INPUT

CENTRO QUALIFICA



Roteiro do PESSOAS 2030 e da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) inicia no Centro Qualifica da AEP

A Associação Empresarial de Penafiel (AEP) foi a entidade escolhida para dar início ao Roteiro do Pessoas 2030 e da ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional pelos Centros Qualifica.

A visita decorreu no dia 18 de setembro, numa comitiva encabeçada pelo Dr. Joaquim Bernardo da Comissão Diretiva do Pessoas 2030 e pelo Dr. Miguel Silva, Diretor do Departamento de Qualificação de Adultos (ANQEP), que assistiram a uma apresentação institucional por parte da equipa da AEP, tendo havido um momento de debate, com a presença de formandos, formadores, técnicos e empresários, sobre a importância da qualificação dos jovens e adultos no território, nomeadamente através de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

O Centro Qualifica Associação Empresarial de Penafiel foi um dos 3 escolhidos a nível nacional para integrar esta iniciativa, que pretende reforçar o papel estratégico dos Centros Qualifica na aprendizagem ao longo da vida, na empregabilidade e na coesão social, destacando o impacto transformador da formação e certificação de adultos na vida das pessoas e no desenvolvimento do país, escolha essa que resultou do caminho de sucesso que tem feito desde 2017, tendo mostrado através de testemunhos reais o impacto da formação na vida adulta.

Foi, ainda, feita uma visita pelas instalações da Associação Empresarial de Penafiel, onde a comitiva pôde testemunhar todo o investimento feito em dotar os espaços de equipamentos e meios necessários à formação e qualifica-



ção dos formandos, o que permitiu demonstrar toda a qualidade da Instituição e comprovar o reconhecimento que tem ao nível de toda a região do Tâmega e Sousa, como uma entidade de referência.

A AEP representada nesta sessão pelo Presidente da Direção, Nuno Brochado, congratula-se pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Centro Qualifica ao longo dos anos e, de viva-voz, manifestou às instituições presentes a garantia de que podem continuar a contar com o contributo empenhado da AEP em construir um território mais qualificado.



INPUT

ECONÓMICO

Empresas e Projetos AEP



Por um Território com Mais Saúde

Operadores do setor da saúde como agentes complementares: mais oferta, melhor qualidade nos serviços prestados

O sistema de saúde português é caracterizado por uma forte presença do Serviço Nacional de Saúde (SNS), pilar essencial na prestação universal e tendencialmente gratuita de cuidados médicos, de acordo com a essência da sua criação e a mentoria dos seus fundadores.

Contudo, os desafios de sustentabilidade, as listas de espera e a pressão crescente sobre os recursos humanos têm evidenciado a importância do setor privado e social como complemento estratégico.

Hoje, os operadores privados não são apenas uma alternativa: assumem-se como agentes complementares que expandem a oferta, inovam nos serviços e contribuem para a qualidade global dos cuidados de saúde em Portugal.

Este enquadramento fez com que o setor privado de saúde tenha crescido significativamente nas últimas décadas, alicerçado na procura crescente por parte de cidadãos e empresas que valorizam a acessibilidade, a rapidez e a personalização.

Em paralelo, entidades do setor social, como Misericórdias e IPSS, mantêm uma presença relevante, sobretudo em regiões do interior, funcionando como mais um complemento à oferta pública neste domínio.

Essa complementaridade manifesta-se, sobretudo, em três dimensões principais:

1. Acesso: alívio da pressão sobre o SNS, através da realização de consultas, exames e cirurgias em tempo útil;
2. Qualidade: aposta em tecnologia de ponta, unidades acreditadas e processos centrados no doente;
3. Diversificação: oferta de serviços especializados (ex. fertilidade, oncologia, saúde digital) menos disponíveis no setor público.

Benefícios para o cidadão e para o sistema:

1. Redução de tempos de espera: os acordos entre o SNS e os operadores privados permitem dar resposta mais rápida a utentes em lista de espera, com ganhos claros de eficiência;
2. Inovação tecnológica: hospitais e clínicas privadas introduzem equipamentos de última geração e soluções digitais (telemedicina, apps de monitorização, etc...) que acabam por influenciar práticas também no setor público;
3. Atração e retenção de profissionais de saúde: a possibilidade de exercício em diferentes contextos contribui para a valorização das carreiras médicas e de enfermagem;
4. Qualidade percebida pelo utente: a combinação entre maior proximidade, flexibilidade de horários e acompanhamento contínuo gera índices elevados de satisfação aos utentes.

“

O Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (CHTS) enfrenta dificuldades estruturais de excesso de procura, escassez de recursos humanos e tempos de espera acima da média nacional. A presença de operadores privados de saúde representa uma dupla mais-valia: reforçam a capacidade de resposta do SNS e criam impacto económico local muito positivo

”

Na região do Tâmega e Sousa, e em particular no concelho de Penafiel, o setor da saúde privado também se tem vindo a afirmar como um verdadeiro motor de desenvolvimento económico, não apenas nos casos das clínicas e hospitais enquanto prestadores de cuidados de saúde, mas também como polos de emprego qualificado, dinamizadores de investimento e âncoras para serviços complementares como as farmácias, as empresas de diagnóstico, os centros de reabilitação, a restauração e a hotelaria.

Num território do Tâmega e Sousa com quase meio milhão de habitantes, distribuídos por 11 municípios, marcado por uma forte densidade populacional e por assimetrias históricas face às áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, em que o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (CHTS) enfrenta dificuldades estruturais de excesso de procura, escassez de recursos humanos e tempos de espera acima da média nacional, a presença de operadores privados de saúde representa uma dupla mais-valia: reforça a capacidade de resposta do SNS e cria impacto económico local muito positivo.

Num momento em que tantas regiões do interior e de baixa densidade lutam contra o despovoamento, a presença de um setor da saúde privado robusto em Penafiel e no Tâmega e Sousa assume-se, desta forma, como um importante fator de competitividade territorial.

Em termos práticos e numéricos, esta sinergia e complementaridade é ainda mais visível e notória. A noção de que o setor privado de saúde é apenas uma alternativa paga ao SNS perde utilidade quando olhamos para territórios intermédios como Penafiel e a sub-região do Tâmega e Sousa.

Aqui, operadores de saúde privados (e instituições sociais) funcionam como amortecedores e potenciadores: aliviam pressões de capacidade sobre o SNS, introduzem inovação, fixam profissionais e geram atividade económica local com efeitos multiplicadores, tudo isto sem anular a função pública do SNS.

A pergunta que importa fazer não é se o setor privado deve existir, mas como integrar essa oferta para maximizar benefícios sociais e económicos.



De acordo com várias fontes e estatísticas oficiais, a base numérica essencial a considerar é a seguinte:

- Penafiel tem cerca de 70 mil habitantes (estimativa 2024);
- A sub-região Tâmega e Sousa cobria, segundo referências oficiais e sumários estatísticos, perto de meio milhão de habitantes;

- O Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (CHTS) serve a população da região com unidades em Penafiel e Amarante, dispondo, por exemplo, de cerca de 100 camas em Penafiel e cerca de 60 camas em Amarante. A pressão sobre estas camas tem sido elevada: dados recentes apontaram taxas de ocupação bem acima de 100% em momentos críticos;
- Em 2023, a produção hospitalar nacional registou cerca de 13 milhões de consultas hospitalares e cerca de 800 mil cirurgias, números que mostram a dimensão da procura e as necessidades que o SNS e os parceiros privados têm de gerir conjuntamente;
- A título meramente de exemplo ilustrativo, o Grupo Trofa Saúde está a realizar um investimento significativo (ordem dos €50 milhões) para uma nova unidade em Penafiel - um exemplo concreto de investimento privado com impacto direto em capacidade, emprego e procura de serviços associados.



Esta complementaridade traduz-se num incremento do valor económico local ao nível dos seguintes fatores:

1. Emprego e salários qualificados: clínicas e hospitais privados contratam médicos, enfermeiros, técnicos e equipas administrativas, entre outros. Esses postos são

tipicamente empregos estáveis e com remunerações que alimentam o consumo local (na restauração, na habitação, nos serviços, etc...). A presença de um hospital ou de uma clínica ampliada aumenta diretamente o rendimento disponível na cadeia local e o consumo realizado nessa cadeia;

2. Investimento e efeito multiplicador: equipamentos de diagnóstico, blocos operatórios, centros de ambulatório e reabilitação são investimentos que exigem oferta de bens e serviços locais (obras, gestão, logística, etc...). A realização de um investimento de dezenas de milhões de euros por um operador privado cria um choque direto positivo de procura durante a construção e depois um efeito contínuo em criação líquida de emprego e contratos de fornecedores e prestadores de serviços;

3. Fixação e atração de talento: a existência de boas condições e de pluralidade de oportunidades (prática em privado e público) reduz a fuga de profissionais para os grandes centros ou para o estrangeiro. Para um município como Penafiel, isto é fundamental para manter serviços essenciais e reduzir a assimetria com a rede hospitalar do Porto;

4. Redução de custos sociais e logísticos para o utente: através de menos deslocações para os hospitais do Porto, menos desperdício de tempo e menor pressão sobre familiares. Tudo isto se traduz em ganhos de produtividade para a economia local e em maiores índices de bem-estar.

E qual será a evolução futura?

Seja através de parcerias público-privadas, seja por via de protocolos diretos com o SNS ou com seguradoras, a integração inteligente entre operadores privados e o setor público é fundamental.

O desafio está em garantir que esta complementaridade não agrava desigualdades, mas sim promove um sistema mais eficiente e acessível.

A saúde deve ser entendida como investimento, e não apenas como despesa. Em Penafiel e no Tâmega e Sousa, cada nova clínica, cada hospital privado ou cada laboratório

de diagnóstico não só reforça a capacidade de resposta em saúde, mas também cria riqueza, fixa população e “dá futuro” à região, desde que, o “negócio” não se sobreponha ao “cuidado de saúde” em termos de prioridade.

Não pode, numa outra perspetiva, ser a “saúde” usada como mais um fator de agravamento das assimetrias sociais, em que há uma “saúde” para ricos e outra para pobres.

Mas neste contexto de regulação feita pelo próprio mercado, há riscos económicos e sociais a mitigar, e para os quais é fundamental haver uma regulação eficaz, eficiente e equitativa, nomeadamente:

1. Risco de segmentação: sem regulação e sem instrumentos de financiamento público adequados, parte da procura pode migrar para circuitos privados, criando desigualdades de acesso. É imprescindível modelos contratuais (protocolos com SNS, convenções com seguros) que garantam acesso equitativo;

2. Dependência financeira do SNS em prestadores privados: contratos e protocolos mal desenhados podem tornar o SNS vulnerável a aumentos de preço ou a roturas de capacidade. A transparência contratual e instrumentos de compra pública robustos são cruciais;

3. Sustentabilidade do financiamento privado: o investimento em saúde privada aumenta a oferta, mas tem de ser compatível com a capacidade de mercado local (considerando o poder de compra, os acordos empresariais, os seguros, etc...). Demasiada capacidade mal alocada pode tornar serviços pouco sustentáveis.

“

Para Penafiel e para o Tâmega e Sousa, os operadores privados não são um luxo: são um recurso estratégico!

”

Para mitigar esses riscos, pode-se apontar algumas medidas públicas e privadas que favorecem um equilíbrio virtuoso, a saber:

1. Estabelecer protocolos locais entre CHTS/SNS e operadores privados: como cirurgias programadas e programas de diagnóstico precoce poderão reduzir as listas de espera e repartir a carga assistencial;

2. Utilizar instrumentos de co-financiamento e incentivos regionais: estes instrumentos poderão facilitar os investimentos que melhorem a cobertura em áreas deficitárias (como por exemplo os cuidados continuados, a geriatria, a reabilitação, etc...);

3. Implementar a transparência nas métricas de desempenho: estratégia que privilegia estabelecer contratos por resultados, com indicadores de qualidade e equidade, alinhando incentivos entre o público e o privado;

4. Praticar políticas de formação e retenção: através de programas concertados com escolas e entidades formadoras de saúde locais para formar profissionais que fiquem na região.

Em jeito de conclusão, e assumindo desde já a interpretação e entendimento subjetivos de quem escreveu este artigo (que certamente pode ser alvo de discórdia ideológica e/ou analítica), para Penafiel e para o Tâmega e Sousa, os operadores privados não são um luxo: são um recurso estratégico!

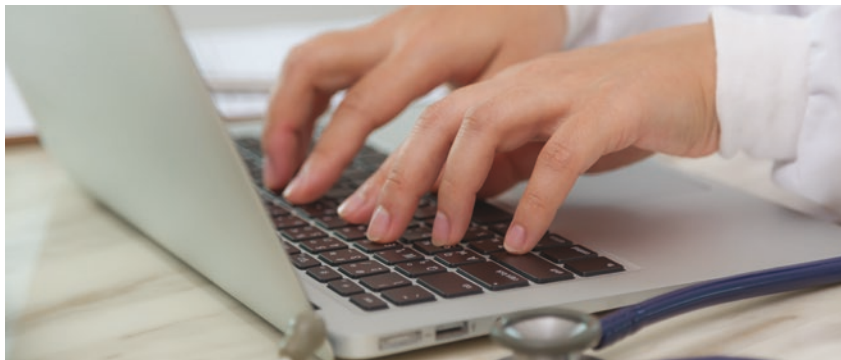
Quando integrados com critérios de equidade, transparência e planeamento, os prestadores de saúde privados aumentam a oferta, melhoram a qualidade dos agentes e têm um forte impacto direto na economia local, criando empregos, gerando investimento e atraindo serviços complementares.

A política pública sábia é a que reconhece essa complementaridade e a disciplina com que a regula e a contrata, com instrumentos que protejam o interesse público, promovam a concorrência saudável e maximizem o retorno social do investimento privado, contribui para um território com mais saúde, na oferta e em cada um dos seus utentes e dos seus cidadãos.

INPUT

JURÍDICO

Jurídico AEP



Operadores do Sector da Saúde e a Protecção de Dados dos Utentes

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 35.º, estabelece a protecção dos dados pessoais, consagrando-o assim como direito fundamental, estando ainda regulado na legislação Europeia no Regulamento (UE) 2016/679, conhecido como Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGPD), cuja aplicação é assegurada em território nacional pela Lei n.º 58/2019.

A protecção dos dados pessoais aplica-se de igual forma a todas as entidades que prestam cuidados de saúde, sejam do sector público, privado ou social.

Como é compreensível face à natureza muito sensível e privada dos dados em causa, os dados relativos à saúde constituem uma classe especial, e a sua recolha, tratamento e acesso só são permitidos nas situações previstas na lei, quanto à prestação de cuidados de saúde, a gestão de sistemas de saúde ou o cumprimento de obrigações legais cometidas a certas entidades.

Os artigos 29.º e 30.º do RGPD estabelecem algumas regras específicas, sem afastar as demais garantias legais, quanto à recolha, tratamento e acesso aos dados de saúde.

As entidades prestadoras de cuidados de saúde, independentemente da sua natureza jurídica, devem garantir que os dados são recolhidos para finalidades específicas, legítimas e de forma proporcional ao pretendido, assegurando a confidencialidade e segurança.

É também necessário ter os meios necessários para pro-

teger os dados recolhidos, sendo possível detectar o acesso mas também a encriptação dos dados.

Um dos direitos fundamentais do utente, é o de acesso, rectificação e mesmo de eliminação dos dados, quando aplicável, e de ser informado de quando há acesso aos seus dados.

Como nas demais situações reguladas pelo RGPD, há um responsável pelo cumprimento das obrigações legais, que deve assegurar que existe um registo das operações realizadas, de recolha, tratamento e acesso aos dados, devendo ser nomeado um encarregado de protecção de dados, nas situações previstas pelo art.º 37.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, e cooperar com a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD), entidade fiscalizadora em Portugal.

A violação das normas acarreta a eventual aplicação de sanções administrativas, civis e penais.

Na formação da vontade do utente em ser tratado por certa instituição de saúde está também, ainda que por ventura de forma não imediata ou directa, a consciência que os seus dados de saúde estão protegidos. Pelo que, o respeito pela protecção dos dados não é só uma questão de cumprimento da lei, mas é também uma condição essencial para a criação de uma relação de confiança, perante o respeito pelos dados privados do utente, e a transparência quanto à forma como os dados são tratados e guardados, aspectos que todos os operadores do sector da saúde não podem descuidar.

INPUT

FORMAÇÃO

Formação Financiada



Inscrições Abertas para Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)

Os cursos de EFA são um percurso flexível de formação, de duração variável, especificamente dirigido a adultos (+ 18 anos), que permite o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente a obtenção de um nível básico ou do nível secundário de educação.

Os cursos de EFA têm uma duração que pode variar em função do nível de certificação em causa e estão organizados em diferentes tipos de percursos formativos: de ensino básico, de ensino secundário, de dupla certificação ou apenas percursos relativos ao desenvolvimento de competências profissionais.

A estrutura curricular dos cursos de EFA integram a componente formação de base, onde se incluem as de nível básico ou de nível secundário, a componente tecnológica organizada em Unidades de Formação de Curta Duração e/ou Unidades de Competência e na formação em Contexto de Trabalho que visa a aplicação e a consolidação dos conhecimentos, aptidões e atitudes adquiridas, através da realização de atividades em contexto de empresa ou de outras entidades empregadoras.

A conclusão de um Curso de EFA permite a obtenção de uma certificação escolar de nível básico (4.º, 6.º ou 9.º ano) ou de nível secundário (12.º ano), de uma certificação profissional ou de ambas, designando-se nestes casos de dupla certificação e confere o nível 1, 2, 3 ou 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações.

ASSISTENTE FAMILIAR E DE APOIO À COMUNIDADE (EFA N2)

O/a Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade é o/a profissional que presta cuidados humanos e de saúde básicos a utentes e/ou clientes em condição de debilidade, em contexto domiciliário, institucional ou no âmbito da prestação de cuidados pessoais e à comunidade enquadrados em serviços de apoio social, tendo em conta as indicações técnicas e os princípios éticos e deontológicos.

Curso EFA Nível Básico (N2)

Duração: 12 Meses / **Formação Presencial**

Horário: Segunda a Sexta das 9h às 17h



TÉCNICO/A DE INFORMAÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA (EFA N4)

O/a Técnico/a de Informação e Animação Turística é o/a profissional que presta informações, promove, comercializa produtos e serviços turísticos e efetua o atendimento e a receção, assim como efetua o planeamento, a organização, a comercialização e a dinamização de atividades de animação turística, de modo a garantir um serviço de qualidade e a satisfação dos clientes.

Curso EFA Nível Secundário (N4)

Duração: 17 Meses / **Formação Presencial**

Horário: Segunda a Sexta das 9h às 16h



CABELEIREIRO/A (EFA N4)

O/a Cabeleireiro/a é o/a profissional que executa diferentes processos de tratamento e embelezamento capilar, para homem e senhora, designadamente lavagem, secagem, penteado, corte, coloração/descoloração, ondulação, alisamento/desfrisagem, bem como procede à aplicação de cabeleiras e postigos, utilizando os produtos e técnicas de bem-estar adequados e obedecendo às normas de ambiente, segurança e saúde.

Curso EFA Nível Secundário (N4)

Duração: 17 Meses / **Formação Presencial**

Horário: Segunda a Sexta das 9h às 16h



ESTETICISTA (EFA N4)

O/a Esteticista é o/a profissional que executa os cuidados estéticos, tendo em conta as normas de ambiente, segurança e saúde, procedendo à identificação do estado da pele, das unhas e do pelo, bem como a tratamentos integrais ou parciais de rosto e/ou corpo utilizando, para o efeito, os processos manuais e mecânicos com recurso a equipamentos e produtos cosméticos adequados, em institutos de beleza e outros similares.

Curso EFA Nível Secundário (N4)

Duração: 17 Meses / **Formação Presencial**

Horário: Segunda a Sexta das 9h às 16h



INPUT

ERASMUS +

Facts VET Force

FACTS VET Force Chega ao Fim com Balanço Positivo e Resultados Marcantes

O projeto europeu FACTS VET Force, financiado pelo programa Erasmus+, chegou ao fim com todos os seus produtos concluídos e um impacto significativo no combate à desinformação e na promoção da literacia digital no ensino profissional. Ao longo dos últimos dois anos, a iniciativa envolveu parceiros de Portugal, Espanha e Roménia, criando recursos inovadores e promovendo experiências de cooperação internacional entre formandos e formadores. A Associação Empresarial de Penafiel (AEP) foi um dos parceiros ativos do projeto, participando no desenvolvimento

de atividades, na dinamização de eventos e na divulgação dos resultados. Para a instituição, a participação representou uma oportunidade de reforçar o seu papel na inovação educativa e no fortalecimento da cooperação europeia.

Booklet: um recurso inovador para combater a desinformação

Entre os principais resultados destaca-se o Booklet FACTS VET Force, um manual pedagógico estruturado em seis módulos, que aborda temas como a literacia mediática, fact-checking, combate ao abuso digital e uso ético da inteligência artificial e está disponível em português, espanhol, romeno e inglês. Este recurso combina informação teórica com metodologias práticas e atividades interativas, permitindo que professores e formadores integrem os conteúdos em sala de aula e que os estudantes adquiram competências digitais críticas essenciais para enfrentar os desafios da era da pós-verdade.

Penafiel acolheu competição internacional

Outro momento de grande destaque foi a FACTS VET Force Competition, organizada em Penafiel. Durante três dias, formandos e formadores de diferentes países europeus participaram em workshops, conferências e desafios criativos. Em equipas internacionais, desenvolveram campanhas de sensibilização contra a desinformação, promovendo competências como pensamento crítico, liderança, comunicação e cidadania ativa. Este evento foi considerado um dos pontos altos do projeto, não apenas pelo impacto formativo, mas também pelo ambiente de cooperação e troca de experiências entre participantes de diferentes culturas.

Conferência final na Roménia

Nos dias 28 e 29 de julho decorreu a Conferência Final realizada na Roménia que reuniu todos os parceiros. Durante o evento, foram apresentados os resultados finais, analisadas

as conclusões do projeto e debatido o impacto das atividades nos diferentes países envolvidos. A AEP destacou a importância do envolvimento dos formandos portugueses, salientando a forma como o projeto contribuiu para o desenvolvimento de competências digitais e para a sensibilização face aos perigos da desinformação.

Um legado que fica

O balanço final do FACTS VET Force é claramente positivo. Os produtos desenvolvidos permanecerão disponíveis para uso futuro, assegurando que formadores e formandos possam continuar a beneficiar do trabalho realizado. O projeto não só cumpriu os seus objetivos como ultrapassou as expectativas, deixando como legado recursos pedagógicos de qualidade e uma rede sólida de cooperação internacional.

Para a AEP, a participação foi motivo de orgulho e de motivação para continuar a apostar em iniciativas que promovam a inovação educativa, a literacia digital e a cidadania ativa. O FACTS VET Force demonstrou que, através da colaboração europeia, é possível preparar melhor os cidadãos para os desafios da era digital, construindo uma sociedade mais informada, crítica e resiliente.

Segue-nos nas redes sociais
Facebook, Instagram, X e
LinkedIn: [#factsvetforce](https://www.linkedin.com/company/factsvetforce)





01 a 31 de Outubro
PARTICIPE E HABILITE-SE
A GANHAR PRÉMIOS ATÉ
250 EUROS!

ESTABELECIMENTOS ADERENTES

- | | |
|--|------------------------------|
| P01 RESTAURANTE ROCHA | P08 D'AGRADÁVEL |
| P02 HAMBURGUERIA DA PRAÇA PENAFIEL | P09 APP CAFÉ |
| P03 CERVEJA FIDÉLIS - FÁBRICA, BAR & TAPARIA | P10 DANTES |
| P04 BIFANAS & PETISCOS | P11 TABERNA CASA DA CARREIRA |
| P05 PLAZA GRILL | P12 SOLAR DO SOUTO |
| P06 PREGUINHO ON WHEELS | P13 CREPE DIVINO |
| P07 TASCA DA VINHA | P14 SUKI SUSHI RESTAURANTE |
| | P15 PASTA & BASTA |

Participe através do site
PETISCANDO.PT



Os Melhores Petiscos do Concelho de Penafiel



aepenafiel.pt